ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CONGFEHIS, REALIZADA NO DIA 26 DE JULHO DE 2018, NA SALA DE REUNIÕES DA AGEHAB-MS EM CAMPO GRANDE-MS.

3 4 5

6

7

8

9 10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30 31

32

33

34

35

36

37

38

1

Aos vinte e seis dias do mês de julho de dois mil e dezoito, reuniram-se na sala de Reuniões da AGEHAB-MS, os membros do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social - CONGFEHIS/MS. Senhora Presidente Maria do Carmo Avesani Lopes - Diretora Presidente da Agência de Habitação Popular de MS/AGEHAB-MS; Jean Saliba – Sindicato dos Engenheiros de MS/SENGE-MS; Leonardo Tostes Palma - Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar/SEMAGRO-MS; Danilo Kayatt Lacoski - Secretaria de Estado de Fazenda/SEFAZ-MS; Gisela Luzia Fernandes - Secretaria de Estado de Infraestrutura/SEINFRA-MS; Edson Ageo Maidana -Federação das Associações de Mato Grosso do Sul/FAMEMS; Valdo Pereira de Souza -Federação das Associações de Mato Grosso do Sul/FAMEMS; Almerinda Duarte Gomes -Sociedade de Apoio a Moradia/Movimento Nacional de Luta pela Moradia/SAM/MNLM; Edymar Fernandes Cintra - Sociedade de Apoio a Moradia/Movimento Nacional de Luta pela Moradia/SAM/MNLM; Kely de Paula de Oliveira - Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção do Estado de Mato Grosso do Sul/SINDUSCON-MS; Tânia Maria de Souza Marques e César Magalhães de Souza - Secretaria Executiva do Conselho; A Reunião Extraordinária teve como pauta: Abertura; Apresentação de Proposta de Investimento com recursos do FEHIS; Encerramento. A Senhora Presidente Maria do Carmo faz a abertura e, explica que a pauta da Reunião Extraordinária se deu em função de que há a necessidade de realizar alguns investimentos e que precisamos agilizar os processos para que ocorram ainda este ano de 2018. Explicou que o Governo do Estado realizou investimentos de 40 milhões para que as obras do FAR e FDS pudessem se concretizar, e dessa forma, estamos propondo as intervenções elencadas com recurso do FEHIS. Apresentou as obras a serem executadas, conforme abaixo:

Outros Investimentos com Recursos do FEHIS/2018 para aprovação – Reunião 26.07.2018								
Investimento	N° Unidades	Empreendimento	Munícipio		Valor			
1. Aditivo/Infraestrutura Externa	136	Conjunto Rui Pimentel II	Campo Grande	R\$	47.385,39			
2. Contrapartida (FAR)	120	Waloszek Konrad	Iguatemi	R\$	242.846,05			
3.Infraestrutura/Drenagem/ Pavimentação do acesso e Drenagem Interna (FGTS)	86	Loteamento Cristo Redentor	Camapuã	R\$	760.000,00			
4. Infraestrutura/Segunda Etapa (FGTS)	31	Loteamento Inter-Lagos II	Naviraí - 2° Etapa	R\$	270.000,00			
5. Infraestrutura Interna (FGTS)	76	Conjunto Santa Emilia I e II - Parque Estoril IV	Ribas do Rio Pardo	R\$	300.000,00			
Total	449	-	-	R\$	1.620.231,44			

No item 01, a Senhora Presidente Maria do Carmo explica que é referente ao Aditivo para infraestrutura externa do Empreendimento Rui Pimentel (Campo Grande). Essa infraestrutura é de responsabilidade da AGEHAB-MS. Que a obra desse residencial é de responsabilidade da CEF e estão paralisadas devido o rompimento de contrato com a empresa que estava executando os serviços. Que a CEF está em fase de seleção da empresa que irá concluir o referido residencial, pelo Programa FAR. No item 02, trata-se de aporte para infraestrutura externa do conjunto habitacional Waloszek Konrad (Iguatemi), que está sendo executada pelo PMCMV/ FAR. No item 03, é uma obra de pavimentação e drenagem do acesso e drenagem interna. O Contrato habitacional está inserido no Programa financiado e subsidiado do FGTS e o contrato foi assinado no mês de dezembro/2017. São 86 unidades habitacionais, situadas no Loteamento Cristo Redentor, município de Camapuã e nesse momento, o Estado não

possui os recursos para a execução desses serviços e há a necessidade contratação de conclusão ainda em 2018. No item 04, é uma obra do FGTS (Loteamento Interlagos II em Naviraí), e a infraestrura era de responsabilidade do Município. Porém, o Munícipio não dispõe dos recursos para a execução e a AGEHAB-MS já realizou a seleção das famílias, motivo pelo qual, o Município solicitou que a AGEHAB-MS verifique a possibilidade de execução dessa obra. Informou que o valor constante na tabela (R\$270.000,00), é orçado e, nas licitações, temos conseguido contratar por um valor abaixo do valor que a AGEHAB-MS está licitando. O item 05, trata-se de uma obra que está contratada com recursos do FGTS e necessitamos realizar a infraestrutura interna (Conjunto Habitacional Santa Emília I e II -Parque Estoril IV em Ribas do Rio Pardo). A Senhora Presidente Maria do Carmo explicou que na c/c 838 temos R\$ 3.508,000,00, porém R\$1.311.502,00 está comprometido e disponível temos R\$ 2.196.498,00 (ainda não comprometido). Que na c/c 1126 temos R\$ 1.928.000,00 disponível. Somando o valor das duas contas, temos o total de R\$ 4.124.498,00 e já temos aprovado em reuniões anteriores deste Conselho, a aplicação de recurso no valor de R\$ 3.110.000,00, restando apenas R\$ 1.014.498,00. Explicou que fez uma estimativa de recebimento de julho a novembro/2018 de R\$300.000,00/mês, totalizando R\$1.500.000,00. Considerando este cenário R\$1.014,498,00 (disponível) + R\$1.500.000,00 (a receber), teremos R\$ 2.514.498,00 disponível, conforme tabela abaixo.

	Saldo em Conta	Saldo Comprometido	Saldo Disponível
Conta corrente 838	R\$ 3.508.000,00	R\$ 1.311.502,00	R\$ 2.196.498,00
Conta corrente 1126	R\$ 1.928.000,00		R\$ 1.928.000,00
Total			R\$ 4.124.498,00

Investimentos aprovados e não executados	R\$ 3.110.000,00
Previsão/Recebimento - julho/novembro 2018	R\$ 1.500.000,00
Saldo disponível - Investimentos aprovados	R\$ 1.014.498,00
Previsão de disponibilidade considerando o recebimento até	R\$ 2.514.498,00

58 59

60 61

62

63

64

65

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

Dentro desta previsão apresentada, estamos solicitando autorização para realizar o investimento no valor de R\$ 1.620.231,44, conforme primeiro quadro demonstrativo. O Conselheiro Jean Saliba argumentou que as propostas para apresentadas deveriam ter outra fonte de recurso, pois essas obras não dão retorno ao Fundo. Senhora Presidente Maria do Carmo explicou que sempre usamos esse recurso para moradia em si. Mas, o Governo do Estado, com recursos do FIS, investiu 13 milhões em contrapartida para construção de casas com Entidades. Que temos sempre procurado outra fonte para execução

novembro conforme cenário apresentado

de obras de infraestrutura, porém, como o Governo do Estado investiu um montante de 40 milhões (25 milhões para moradias e infraestrutura, depois mais 15 milhões), não conseguimos mais recursos para execução dessas obras. Estamos solicitando aprovação desses investimentos porque não temos outra fonte, e o FEHIS permite investir em moradias, infraestrutura, projetos, moradia social. O Conselheiro Jean Saliba ainda alegou que vemos tanta falta de moradia, pessoas morando em condições precárias, e vamos investir em pavimentação! Que em Camapuã, as 86 casas estão ficando bem-feitas e realmente necessita da infraestrutura, mas não pensa que seria coerente retirar recurso do FEHIS. Senhora Presidente Maria do Carmo explica que sempre procuramos investir esse recurso do FEHIS em moradias, e que para infra e pavimentação, primeiramente buscamos recursos no Governo do Estado para economizar esse recurso do FEHIS. Mas, agora não temos outra opção e não podemos mais entregar casas sem infraestrutura. É uma regra do programa do FGTS, FAR e FDS. Que no conjunto habitacional das 86 casas de Camapuã, o pesado foi a drenagem, a pavimentação é somente uma quadra. E nós fornecemos subsidio para todas as famílias das 86 casas (R\$ 550.000,00). Nós poderíamos trazer em reunião a aprovação para fornecimento desse subsidio, poderíamos efetuar uma troca. O Conselheiro Jean Saliba fala ainda que o orcamento para construir essas casas é bem apertado, bastante enxuto. Pergunta se na drenagem também é assim. A Senhora Presidente Maria do Carmo relata que temos trabalhado com orçamento aberto, conforme determina a legislação. Todas as casas que construímos com a CEF, o BDI varia de 19% a 21% e é montado como manda o TCU, aberto. É isento de ISS. A infraestrutura é diferente das casas, o BDI é 27%. O Conselheiro Jean Saliba pergunta quem fiscaliza essas obras, pois é de responsabilidade da Prefeitura. Pergunta ainda se o recurso é repassado para Prefeitura. Senhora Presidente Maria do Carmo respondeu que nós recebemos o projeto da Prefeitura, a AGEHAB está conferindo os volumes do orçamento. Que realizamos verificação e fazemos a composição o QCI. Também responde que é a AGEHAB que fiscaliza a obra. O Conselheiro Jean Saliba observou que o serviço de escavação tem sido realizado pela Prefeitura Municipal. Senhora Presidente Maria do Carmo afirma que todas as obras realizadas pela AGEHAB-MS, quando existe contrapartida física, no caso dessas 86 casas de Camapuã, a patamarização está sendo realizada pela Prefeitura, não entra na composição de custo das casas e inclusive a Prefeitura precisa depositar uma caução. Também esclarece que a licitação é realizada pela AGEHAB e que temos conseguido bons resultados. O Conselheiro Jean Saliba afirma ficar mais tranquilo sabendo que a licitação e realizada pela AGEHAB. A Conselheira Edymar pergunta como é o ressarcimento desses valores. Senhora Presidente Maria do Carmo responde que esses valores para infraestrutura não vão gerar devolução para o fundo. A Conselheira Edymar fala que se não há ressarcimento, estamos descapitalizando o fundo. A Senhora Presidente Maria do Carmo comunica que com os atuais projetos de habitação do Governo Federal, poucos recursos retornam para o Fundo. Que deveríamos estudar outros meios para alimenta-lo. Hoje temos em carteira, 19 mil imóveis que deveriam pagar as prestações, apesar que temos aumentado a arrecadação, se recebêssemos tudo, poderíamos fazer programas de habitação com o nosso recurso, deliberando por esse Conselho. O Conselheiro Edson Maidana sugeriu procurar recursos sob as mercadorias apreendidas pela Policia Federal. O Conselheiro Jean Saliba solicitou o projeto de Camapuã para análise. Imediatamente foi providenciado e apresentado aos Conselheiros presentes. Após verificação do referido projeto, os Conselheiros APROVARAM a utilização dos recursos para os investimentos apresentados. Nada mais a ser tratado, a Senhora Presidente Maria do Carmo encerrou a reunião as 17:45 horas. Ata redigida por Tânia Margues e revisada por Maria do Carmo A. Lopez.

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97 98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113